

Inclusão Educacional: Desafios no acolhimento e recepção do aluno com transtorno do espectro autista na Escola Odineia Leite Caminha – Tucuruí-Pará

Maria Inez Furtado Almeida

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=A2FBC527AF81046291A605DE5EAF3C1#

Kleuton Horas da Silva

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=BE7598E5EE69D23F72DCE8A681649F36#

José Délcio Furtado Almeida

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=AB9D8FC3789741770DB4FA4DF067529A#

Resumo: O presente estudo analisa a inclusão educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com foco nos desafios de acolhimento e adaptação na Escola Odineia Leite Caminha, em Tucuruí-PA, buscando compreender como promover um ambiente escolar efetivamente inclusivo. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa e método indutivo, baseada em revisão bibliográfica e investigação empírica, incluindo entrevistas com mães, professoras, profissionais de apoio, coordenação pedagógica e especialistas em ABA. Os resultados evidenciam avanços, mas também lacunas relacionadas a limitações estruturais e entraves burocráticos das políticas públicas, destacando que estudantes com TEA possuem capacidade de aprendizagem, ainda que em ritmo mais gradual. Conclui-se que a efetivação da inclusão requer adaptações curriculares e didático-pedagógicas, planejamento sensível às especificidades dos alunos e ações articuladas entre escola, políticas públicas e comunidade, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência e o desenvolvimento pleno.

Palavras-chave: Inclusão educacional. Transtorno do Espectro Autista. Acolhimento escolar.



Recebido em: julho.2025. Aceito em: novembro. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.847

Travessias Científicas Contemporâneas:
Investigações, Práticas e Diálogos em Movimento
Dezembro, 2025, v. 3, n. 33

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Educational Inclusion: Challenges in the reception of students with autism spectrum disorder at the Odineia Leite Caminha School – Tucuruí-Pará

Abstract: The present study analyzes the educational inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD), focusing on the challenges of reception and adaptation at Odineia Leite Caminha School, in Tucuruí-PA, seeking to understand how to promote a truly inclusive school environment. This is an exploratory and descriptive study, with a qualitative approach and inductive method, based on a literature review and empirical investigation, including interviews with mothers, teachers, support professionals, pedagogical coordination staff, and specialists in Applied Behavior Analysis (ABA). The results reveal progress, but also gaps related to structural limitations and bureaucratic barriers in public policies, highlighting that students with ASD have learning abilities, although at a more gradual pace. It is concluded that effective inclusion requires curricular and didactic-pedagogical adaptations, planning that is sensitive to students' specific needs, and coordinated actions among the school, public policies, and the community, ensuring not only access but also permanence and full development.

Keywords: Educational Inclusion; Autism Spectrum Disorder; School Reception.

Inclusión educativa: Desafíos en la recepción de estudiantes con trastorno del espectro autista en la Escuela Odineia Leite Caminha – Tucuruí-Pará

Resumen: El presente estudio analiza la inclusión educativa de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA), centrándose en los desafíos de la recepción y adaptación en la Escuela Odineia Leite Caminha, en Tucuruí-PA, buscando entender cómo promover un entorno escolar verdaderamente inclusivo. Este es un estudio exploratorio y descriptivo, con un enfoque cualitativo y método inductivo, basado en una revisión bibliográfica e investigación empírica, incluyendo entrevistas con madres, profesores, profesionales de apoyo, personal de coordinación pedagógica y especialistas en Análisis Aplicado del Comportamiento (ABA). Los resultados revelan avances, pero también carencias relacionadas con limitaciones estructurales y barreras burocráticas en políticas públicas, destacando que los estudiantes con TEA tienen habilidades de aprendizaje, aunque a un ritmo más gradual. Se concluye que la inclusión efectiva requiere adaptaciones curriculares y didáctico-pedagógicas, una planificación sensible a las necesidades específicas de los estudiantes y acciones coordinadas entre la escuela, las políticas públicas y la comunidad, asegurando no solo el acceso, sino también la permanencia y el desarrollo completo.

Palabras clave: Inclusión educativa; Trastorno del espectro autista; Recepción escolar.

1 INTRODUÇÃO

As estatísticas educacionais brasileiras evidenciam a presença significativa de estudantes com transtornos do desenvolvimento inseridos em classes comuns, o que reforça a urgência de práticas pedagógicas inclusivas. Embora não haja um número exato de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é consenso que a construção de um ambiente escolar acolhedor para esse público demanda o envolvimento de toda a comunidade escolar, bem como a adoção de estratégias que favoreçam o acolhimento, a adaptação e a permanência desses estudantes no processo educativo. No início do ano letivo, é comum que as crianças apresentem ansiedade diante do novo contexto escolar, sendo que, no caso das crianças com TEA, essa manifestação ocorre de formas específicas, exigindo maior sensibilidade por parte da escola.

Diante desse cenário, cabe à instituição escolar desenvolver práticas que respeitem as diferenças e promovam a inclusão de forma efetiva. Como destaca Abromowicz (1997), a escola possui um papel fundamental na valorização da diversidade, sendo possível construir uma pedagogia que reconheça e acolha o outro em suas singularidades. O TEA, conforme descrito pelo DSM-5, caracteriza-se como um transtorno do neurodesenvolvimento marcado por dificuldades na comunicação e interação social, além de comportamentos repetitivos e restritos. Tais características, ainda que variem em intensidade, são determinantes para o diagnóstico e demandam intervenções pedagógicas específicas.

Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância do acolhimento e da adaptação de estudantes com TEA na escola regular. Como objetivos específicos, busca-se compreender as características do transtorno, discutir o papel da família e da escola no processo de inclusão e apresentar estratégias que favoreçam o acolhimento desses alunos. A relevância do estudo justifica-se pela necessidade de promover a inserção desses sujeitos no ambiente escolar de forma humanizada e inclusiva, considerando suas particularidades e garantindo condições adequadas de aprendizagem.

Para tanto, a investigação orienta-se por questões como: de que maneira acolher e adaptar o aluno com TEA, minimizando os impactos do ingresso em um novo ambiente? Quais recursos podem facilitar sua rotina e interação? E como estabelecer esse processo sem gerar frustrações ou sofrimento? Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e complementada por pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas.

No contexto da Escola Odineia Leite Caminha, em Tucuruí-PA, foram identificados desafios como a dificuldade de adaptação inicial da criança, a ausência de políticas públicas voltadas à formação dos profissionais e a ruptura da rotina do aluno. Em contrapartida, evidenciam-se possibilidades de intervenção, como o uso de estratégias lúdicas, a atuação articulada entre professores e profissionais de apoio e a necessidade de planejamento prévio por parte dos sistemas educacionais. Destaca-se, ainda, a importância de ações institucionais que promovam o contato prévio da criança com o ambiente escolar e com os profissionais que a acompanharão, favorecendo uma adaptação mais gradual e menos impactante.

Por fim, o trabalho organiza-se em três capítulos: o primeiro aborda os fundamentos teóricos sobre o TEA, incluindo conceitos, diagnóstico e aspectos legais; o segundo discute a formação docente e as práticas de acolhimento no contexto escolar; e o terceiro apresenta os procedimentos metodológicos, o campo de pesquisa, os sujeitos envolvidos e a análise dos dados coletados.

2 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

De acordo com Campos (2019) o termo "autismo", *autos*, significa "a si mesmo", e *ismo*, que significa "ação ou estado" o que é corroborado por Nunes, Sobral e Silva (2019) quando especificam que a origem do termo autismo é grega. Embora Leo Kanner, em 1943, tenha sido pioneiro na descrição do autismo, suas contribuições não se voltaram diretamente para a dimensão educacional. Por outro lado, Hans Asperger demonstrou maior preocupação com aspectos pedagógicos; contudo, seus estudos não tiveram ampla difusão nas primeiras décadas, sobretudo devido à limitação linguística, uma vez que foram

publicados em alemão, e à predominância, à época, de concepções teóricas marcadas por equívocos e mitos, que dificultavam a construção de abordagens educacionais consistentes para o autismo (KANNER, 1943).

A partir das décadas de 1960, 1970 e 1980, a educação passou a ser reconhecida como um dos principais meios de intervenção, com o desenvolvimento de técnicas de modificação de comportamento e a criação de instituições especializadas, frequentemente impulsionadas por associações de pais e familiares. Posteriormente, avanços conceituais promovidos pela American Psychiatric Association contribuíram para uma nova compreensão do autismo, que passou a ser concebido sob uma perspectiva do desenvolvimento, deixando de ser classificado como “psicose infantil” e passando a integrar a categoria dos transtornos globais do desenvolvimento (APA, 2015).

Nas palavras de Fink (2018):

Historicamente, foram diversos os conceitos em que o autismo se incluiu, conforme as áreas em que era pesquisado. Dessa forma, houve conceitos com aplicação dos termos psicose e esquizofrenia ao autismo, aplicados por Leo Kanner e Hans Asperger, além de transtorno invasivo do desenvolvimento pela área da psicologia e transtorno global de desenvolvimento pela psiquiatria. (FINK, 2018, p.17).

No campo científico, importantes contribuições foram realizadas por Simon Baron-Cohen, Alan Leslie e Uta Frith, que, em 1985, propuseram a relação entre o autismo e dificuldades na chamada “Teoria da Mente”, ampliando significativamente a compreensão do transtorno. Paralelamente, avanços nas áreas da neurobiologia, neuroquímica, neuroimagem e eletrofisiologia têm possibilitado a identificação de alterações relevantes, aproximando a ciência das possíveis causas do TEA.

Na contemporaneidade, a área da neurociência o classifica como patologia neurológica e usa o termo “transtorno do espectro autista, para nomeá-la. Nela se inclui o autismo propriamente dito a síndrome de Asperger e a síndrome de Rett”. (CONSENZA; GUERRA, 2011, p. 132 *apud* FINK, 2018). Cabe ressaltar que o TEA não possui cura, sendo uma condição que demanda acompanhamento contínuo ao longo da vida, com suporte adequado para promover o desenvolvimento e a qualidade de vida dessas pessoas.

2.1 Os Sintomas e o diagnóstico do TEA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta um conjunto de sinais que orientam o processo diagnóstico, geralmente perceptíveis ainda na primeira infância. Entre os principais sintomas, destacam-se dificuldades na comunicação e na interação social, limitações no uso da imaginação, presença de comportamentos repetitivos, hipersensibilidade sensorial e necessidade de manutenção de rotinas. Em muitos casos, os primeiros indícios podem surgir nos primeiros meses de vida, como comportamento excessivamente passivo, menor busca por contato físico e tendência ao isolamento, diferindo do padrão observado em crianças sem o transtorno.

No desenvolvimento infantil, crianças com TEA frequentemente demonstram dificuldades em estabelecer vínculos sociais, preferindo atividades solitárias e apresentando menor interesse em interações, inclusive com familiares próximos. Também podem manifestar ansiedade por meio de movimentos repetitivos e apresentar sensibilidade aumentada a estímulos sensoriais, como sons intensos, luzes ou determinadas texturas. A rigidez comportamental é outro aspecto relevante, evidenciada pela resistência a mudanças na rotina, o que pode gerar desconforto e desorganização emocional.

O DSM-5 reformulou os critérios diagnósticos do TEA, organizando-os em dois domínios principais: déficits na comunicação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento. Além disso, estabeleceu níveis de gravidade (níveis 1, 2 e 3), que indicam a intensidade do suporte necessário. No nível 1 (leve), o indivíduo apresenta dificuldades na interação social, embora possua linguagem funcional; no nível 2 (moderado), há maior comprometimento na comunicação e necessidade de apoio substancial; já no nível 3 (severo), observam-se limitações significativas na autonomia, comunicação e comportamento, exigindo suporte intensivo. Conforme Campos (2019), essa classificação representa um avanço em relação aos modelos anteriores, ao permitir uma compreensão mais precisa das necessidades e especificidades de cada indivíduo dentro do espectro.

Como se apreende, o diagnóstico só pode ser dado pelo médico neurologista, neuropediatra e psiquiatra tanto o de adulto como o psiquiatra infantil, este último referindo a criança.

2.2 A legislação e o TEA

No que se refere ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), a legislação brasileira tem avançado significativamente na garantia de direitos educacionais e sociais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61) já reconhecia, ainda que de forma inicial, o direito das pessoas com deficiência à educação, preferencialmente no ensino regular. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 consolidou esse direito ao estabelecer, entre seus princípios fundamentais, a promoção do bem de todos sem qualquer forma de discriminação (art. 3º, inciso IV), além de assegurar, no art. 208, o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Com a promulgação da Lei nº 9.394/96 (nova LDB), a Educação Especial passou a ser reconhecida como modalidade de ensino destinada a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, a ser ofertada, preferencialmente, na escola regular. Nesse mesmo sentido, a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, reforça a obrigatoriedade de garantir não apenas o acesso, mas também condições adequadas de permanência, aprendizagem e desenvolvimento, incluindo a formação de professores e a disponibilização de profissionais de apoio.

No âmbito específico do TEA, a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reconhecendo essa condição como deficiência para todos os efeitos legais. Essa legislação assegura direitos fundamentais, como o acesso à educação, ao atendimento especializado, à saúde e à inclusão social, além de prever a oferta de profissional de apoio quando necessário. Destaca-se ainda que a recusa de matrícula de estudantes com deficiência configura infração legal, sujeitando o responsável a sanções.

Conforme Gema Paniagua,

Nos ano 1980, teve inicio um movimento por relação de autêntica colaboração entre os profissionais e as famílias de crianças com necessidades educativas especiais. Esse movimento enquadra-se em uma revisão mais generalizada das relações entre serviços e usuários, e uma reivindicação dos direitos destes últimos. Cunningham e Davis que desenvolveram o modelo do usuário, estão entre os autores que mais defenderam e concretizaram o enfoque no caso das famílias com crianças especiais (PANIAGUA, 2004, p. 339).

No cenário internacional, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) influenciaram diretamente a formulação de políticas inclusivas no Brasil, reforçando o princípio da educação para todos. Ademais, a legislação brasileira também prevê benefícios assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade.

Ratificam Lisboa e Pinel (2015) que em termos históricos, o movimento em favor de uma educação inclusiva ganhou força a partir do final da década de 1980, quando deparamos com importantes acontecimentos no que se refere à constituição de uma conjuntura sociopolítica e histórica favorável à instauração de políticas públicas direcionadas aos sujeitos com necessidades educativas especiais, nessa perspectiva.

Por fim, ressalta-se que a garantia de direitos não se limita ao indivíduo com TEA, mas também se estende à sua família, que necessita de suporte e orientação para lidar com as demandas decorrentes do transtorno. Assim, a efetivação da inclusão depende não apenas de dispositivos legais, mas da sua implementação concreta por meio de políticas públicas, formação profissional e articulação entre escola, família e sociedade.

Art. 2º É garantido à pessoa com transtorno do espectro autista o direito à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, respeitadas as suas especificidades.

III - apoiar e promover processos de educação permanente e de qualificação técnica dos profissionais da Rede de Atenção à Saúde quanto ao atendimento das pessoas com o transtorno do espectro autista.

As legislações existentes afirmam que pessoas autistas são consideradas pessoas com deficiência para todos os efeitos legais. Sendo assim, são estendidas a elas todos os direitos já garantidos anteriormente para PCDs.

2.3 O ambiente escolar do estudante com TEA

O ambiente escolar que recebe estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) deve estar preparado para lidar com múltiplas demandas, considerando a heterogeneidade que caracteriza esse público. Cada criança apresenta particularidades em seu desenvolvimento, com diferentes formas de comunicação, interação e comportamento, podendo, inclusive, manifestar comorbidades associadas. Assim, não há um padrão único de apresentação do TEA, o que exige da escola uma postura sensível às singularidades e necessidades individuais de cada estudante.

Diante dessa diversidade, torna-se fundamental que o espaço escolar seja organizado de modo acolhedor e adaptado, favorecendo a inclusão e o desenvolvimento desses alunos. Isso implica a implementação de práticas pedagógicas flexíveis, a estruturação de rotinas previsíveis e o uso de estratégias que promovam segurança e estabilidade emocional. Para tanto, é indispensável o investimento em políticas públicas voltadas à formação continuada de professores e profissionais de apoio, de modo que estejam preparados para atuar de forma qualificada no cotidiano escolar.

Nesse contexto, o processo de adaptação não se restringe ao estudante, mas envolve, sobretudo, a capacidade da escola de se reorganizar para atender às especificidades do aluno com TEA. Trata-se de construir um ambiente educativo inclusivo, em que práticas, metodologias e relações sejam continuamente ressignificadas, garantindo condições efetivas de participação, aprendizagem e desenvolvimento.

O que deve traduzir-se em termos de adaptação não os objetivos particulares visados pela inteligência prática, nos seus primórdios (estes objetivos serão alargados até abrangerem todo o saber), mas a relação fundamental própria do conhecimento em si: a relação entre o pensamento e as coisas. O organismo adapta-se construindo materialmente formas novas para as inserir nas formas do Universo, enquanto a inteligência prolonga a criação conduzindo mentalmente as estruturas susceptíveis de se aplicarem às formas do meio (MUNARI, 2010, p. 28-29).

Esta parcela de contribuição será de grande estima para esta criança com transtorno de espectro autista. Pois se não conheço as características desta criança, um pouco do autismo, não entenderei quando ela estiver em

desorganização consigo mesmo. Para entendermos temos que, saber um pouco do que ocorre se não ficaremos a mercê do que não fazer e de mãos atadas por não sabe resolver situações mesmo simples que seja.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, orientada pelo método indutivo, com o objetivo de compreender os desafios e as práticas relacionadas ao acolhimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de analisar o fenômeno em sua complexidade, considerando as experiências, percepções e interações dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, a pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica, realizada a partir de livros, artigos científicos e materiais disponíveis em fontes digitais, que subsidiaram a construção do referencial teórico. Conforme Gil (2010), a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, contribuindo para a formulação de questões mais precisas e para o aprofundamento do conhecimento acerca do tema investigado.

Além disso, foi desenvolvida uma pesquisa de campo, com caráter empírico, envolvendo a aplicação de entrevistas semiestruturadas a diferentes participantes diretamente relacionados ao contexto estudado, tais como mães de crianças com TEA, professoras regentes, profissionais de apoio e a coordenadora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Odineia Leite Caminha, localizada em Tucuruí-PA. Também participaram psicopedagogas com especialização em Análise do Comportamento Aplicada (ABA), atuantes tanto em instituição privada quanto no Centro Especializado de Atendimento Multidisciplinar (CEMAPA).

O método indutivo orientou a análise dos dados, partindo da observação das situações concretas para a compreensão mais ampla do fenômeno, possibilitando a elaboração de interpretações e proposições a partir da realidade

investigada. Nesse sentido, a análise qualitativa dos dados foi realizada por meio da interpretação dos relatos obtidos nas entrevistas, buscando identificar padrões, desafios e possibilidades relacionados ao acolhimento e à inclusão de estudantes com TEA.

Quanto ao campo empírico, a pesquisa foi realizada na referida instituição de ensino, que possui histórico de atuação na área da Educação Especial desde a década de 1980. Os sujeitos da pesquisa foram selecionados em função de sua experiência direta com o público-alvo, contribuindo de forma significativa para a compreensão da temática investigada. Dessa forma, a articulação entre referencial teórico e dados empíricos possibilitou uma análise mais consistente e contextualizada do objeto de estudo.

No que se refere aos instrumentos de coleta de dados, foram utilizados recursos como gravador de celular, questionários impressos e registros de áudios compartilhados por meio do aplicativo WhatsApp, os quais foram posteriormente transcritos e organizados em meio digital para análise. Conforme destaca Antônio Carlos Gil (2010), todo procedimento de coleta de dados está, ainda que implicitamente, relacionado à formulação de hipóteses, sendo possível identificá-las a partir dos instrumentos utilizados na pesquisa.

Quanto aos sujeitos da pesquisa, os dados foram coletados junto a participantes diretamente envolvidos no contexto educacional e social das crianças com TEA, considerando a articulação entre escola, família e políticas públicas. Foram analisados dois casos de estudantes com TEA matriculados na instituição, sendo um no turno matutino e outro no vespertino. Participaram da pesquisa as responsáveis legais pelas crianças, bem como as professoras regentes, profissionais de apoio (mediadoras) e a coordenadora da inclusão e psicopedagoga da instituição, que também contribuiu com informações sobre o quantitativo de alunos com TEA.

Além disso, integraram o estudo profissionais externas à escola, como psicopedagogas com especialização em Análise do Comportamento Aplicada (ABA), atuantes em clínicas particulares, e uma assistente social vinculada ao Centro Especializado de Atendimento Multidisciplinar (CEMAPA), órgão público que oferece suporte a crianças com TEA. A participação desses diferentes sujeitos possibilitou uma compreensão mais ampla e contextualizada da

problemática investigada, contribuindo para a análise das práticas de acolhimento e inclusão no ambiente escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados coletados evidencia que o processo de acolhimento e adaptação de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar é permeado por múltiplos desafios e possibilidades, envolvendo diferentes atores sociais, como família, escola e serviços especializados. A partir de uma abordagem qualitativa, foi possível compreender as experiências, percepções e práticas desenvolvidas no cotidiano educacional, revelando aspectos fundamentais para a efetivação da educação inclusiva.

No que se referem às famílias, os resultados indicam que o momento do diagnóstico do TEA é marcado, inicialmente, por sentimentos de receio, insegurança e desconhecimento. As falas das mães demonstram que a ausência de motivos sobre o transtorno contribui para a construção de percepções equivocadas e para a dificuldade de aceitação inicial. Conforme nos relata Marchesi, Palácios e Cols (2004, p. 116) “a família e a escola educam a criança compartilhando o interesse como de fazer-lhe bem e de ajudá-la ao máximo, mas para uns trata-se de seu filho e para outros de um aluno”.

Contudo, observa-se que, com o passar do tempo e mediante o acesso a informações e experiências práticas, ocorre um processo gradual de compreensão e adaptação. Esse movimento corrobora a perspectiva de que o desenvolvimento humano se constitui em interação com o meio, sendo a adaptação um processo contínuo, conforme discutido por Munari (2010).

Ainda no âmbito familiar, destaca-se a importância do estímulo precoce e da inserção da criança em contextos sociais, especialmente no ambiente escolar. As mães reconhecem que o isolamento pode intensificar as dificuldades, enquanto a convivência favorece o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas. Entretanto, também são evidenciadas dificuldades relacionadas à adaptação da criança a novos ambientes, sobretudo em função de fatores sensoriais, rigidez de rotina e dificuldades de comunicação. Tais aspectos

reforçam a necessidade de práticas pedagógicas sensíveis às especificidades do TEA, capazes de minimizar impactos e promover um ambiente acolhedor.

No contexto escolar, as falas das professoras regentes revelam que o acolhimento de alunos com TEA ainda representa um desafio significativo, especialmente devido à insuficiência de formação específica na área da educação inclusiva. Observa-se que, embora haja disposição para incluir, muitos docentes ainda se sentem inseguros diante das demandas apresentadas por esses alunos. A experiência relatada demonstra que a construção de estratégias ocorre, muitas vezes, de forma empírica, a partir da tentativa e erro, o que evidencia a necessidade de investimentos em formação continuada.

A atuação conjunta entre professor e mediador emerge como um elemento central para o desenvolvimento do aluno com TEA. Os dados indicam que o mediador desempenha um papel fundamental na adaptação das atividades e na mediação das interações, porém não deve ser visto como o único responsável pelo processo educativo. A inclusão efetiva pressupõe o envolvimento de toda a equipe escolar, em consonância com os princípios da educação inclusiva. Cabe ressaltar que, no âmbito da aprendizagem do aluno autista, o papel do professor é muito importante, já que é ele o mediador entre o ensino e a criança. Nesta perspectiva, Santana *et al.* (2020) esclarecem que:

O professor, que precisa ter uma capacitação específica e continuada, também exerce um papel fundamental. Seu desafio é grande, mas sua capacitação não é suficiente, pois lidar com crianças com deficiência requer um exercício teórico-prático. Exigem-se do mediador sensibilidade, respeito e empatia para entender que cada criança é única e aprende de acordo com suas diferenças. (SANTANA *et al.*, 2020, p.10).

Os profissionais de apoio destacam que o processo de adaptação da criança é gradual e requer um olhar individualizado, considerando as particularidades de cada aluno. A organização do ambiente, a redução de estímulos excessivos e a adaptação curricular são apontadas como estratégias essenciais para favorecer a aprendizagem. Nos argumentos apresentados por Cunha, destaca-se:

É fundamental pensar na escola como lócus de formação docente, pois é um espaço que possibilita a construção de mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, no ensino e na aprendizagem dos alunos,

inclusive daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e ainda abre caminhos para que o educador adicione a investigação aos seus saberes-fazeres (CUNHA, 2013, p.19).

No que diz respeito às contribuições das psicopedagogas, evidencia-se a importância do diagnóstico precoce e da intervenção baseada em evidências científicas, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Essa abordagem é destacada por sua eficácia no desenvolvimento de habilidades e na modificação de comportamentos, sendo amplamente utilizada no atendimento a crianças com TEA. As profissionais ressaltam que o processo de ensino deve respeitar o ritmo e as características individuais de cada criança, priorizando o desenvolvimento de habilidades pré-requisitos antes da alfabetização formal.

Outro aspecto relevante refere-se à diversidade de métodos utilizados no atendimento ao TEA, como TEACCH e PECS, o que demonstra que não existe uma abordagem única, mas sim a necessidade de intervenções individualizadas. Contudo, também são apontados desafios, como a resistência de algumas instituições escolares em adotar determinadas metodologias e a escassez de profissionais qualificados, o que limita o acesso a intervenções adequadas.

A análise dos dados provenientes do CEMAPA evidencia o papel fundamental dos serviços de saúde no acompanhamento das crianças com TEA e no apoio às famílias. O atendimento multidisciplinar é destacado como essencial para o desenvolvimento integral da criança, considerando que o autismo é uma condição permanente que exige acompanhamento contínuo. No entanto, observa-se uma fragilidade na articulação entre os setores da saúde e da educação, o que compromete a efetividade das ações e dificulta a construção de um atendimento integrado.

A coordenadora da sala de recursos reforça a importância do diagnóstico precoce e da utilização de estratégias pedagógicas adaptadas, como o uso de recursos visuais, rotinas estruturadas e atividades baseadas nos interesses da criança. A socialização é compreendida como um processo que deve ser incentivado gradualmente, respeitando os limites do aluno e promovendo sua participação no ambiente escolar. Para tanto acolher uma criança autista, não é nada fácil, porém com intervenções oriundas de um PEI (Plano de Ensino Individualizado), será possível nos estruturar e recebê-la de forma mais

adequada, já que os atores deste ambiente se adeque a estas crianças, e não as crianças a este estabelecimento de ensino. Porém devemos saber como tracejá-lo e não fazermos de qualquer modo.

Assim nos diz Rodrigues e Spencer,

Outras ideias de destaque no âmbito de Educação de autistas tratam da funcionalidade dos programas de atividades e do uso de um sistema visual (os autistas demonstram bom desempenho nas habilidades visório-especiais), cuja finalidade é orientar o aluno no espaço escolar, por meios de cartões com instruções simples (RODRIGUES e SPENCER, 2015, p. 72).

De modo geral, os resultados apontam que, embora haja avanços no processo de inclusão escolar de alunos com TEA, ainda persistem desafios relacionados à formação profissional, à articulação entre os diferentes serviços e à implementação efetiva de políticas públicas. A parceria entre família, escola e serviços especializados configura-se como um elemento indispensável para o sucesso da inclusão, constituindo uma tríade que deve atuar de forma integrada e colaborativa.

Nesse sentido, as discussões evidenciam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à educação inclusiva, com investimentos em formação continuada, ampliação dos serviços especializados e promoção de ações intersetoriais. Além disso, destaca-se a importância de uma mudança de perspectiva, em que a inclusão não seja vista apenas como uma obrigação legal, mas como um compromisso ético e social com a construção de uma educação mais justa, equitativa e democrática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou a construção de conhecimentos relevantes no que se refere à educação inclusiva de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A partir das experiências vivenciadas e dos dados coletados, foi possível constatar que o processo de inclusão de estudantes com TEA ainda enfrenta obstáculos significativos, especialmente no momento de entrada e adaptação à escola. Situações de resistência, insegurança e

dificuldades de acolhimento evidenciam a necessidade de práticas pedagógicas mais sensíveis, planejadas e fundamentadas, que considerem as especificidades de cada aluno.

Nesse sentido, o estudo demonstrou que a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade exige um trabalho coletivo, sistemático e articulado entre todos os atores envolvidos no processo educativo, incluindo equipe gestora, professores, profissionais de apoio, família e serviços especializados. A inclusão não pode ser compreendida como uma ação isolada, mas como um compromisso institucional e social que demanda planejamento, formação continuada e diálogo constante.

Além disso, evidenciou-se a importância de distinguir, no contexto educacional, os conceitos de educação especial e educação inclusiva, compreendendo que esta última pressupõe a participação plena de todos os alunos no ensino regular, com as devidas adaptações e suportes necessários. Nesse cenário, torna-se fundamental a efetivação das políticas públicas já existentes, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), que asseguram os direitos das pessoas com TEA.

Os resultados da pesquisa indicam que é possível promover melhorias no acolhimento escolar por meio de estratégias pedagógicas adaptadas, como a utilização de recursos didáticos que considerem os interesses da criança, a flexibilização curricular e a organização de ambientes mais estruturados e previsíveis. Observou-se que práticas simples, como o uso de objetos de interesse (a exemplo de balões) ou o respeito à necessidade de autonomia de determinados alunos, podem contribuir significativamente para a adaptação e o bem-estar no ambiente escolar.

Entretanto, também se constatou que nem todas as demandas podem ser resolvidas exclusivamente no âmbito escolar, uma vez que envolvem questões estruturais relacionadas às políticas públicas, como a oferta de formação especializada, a ampliação de serviços de apoio e a articulação entre os setores da educação e da saúde. Tais desafios exigem ações mais amplas e contínuas por parte do poder público.

Dessa forma, considera-se que os objetivos propostos neste estudo foram alcançados, na medida em que possibilitaram a compreensão dos principais desafios relacionados ao acolhimento de alunos com TEA e a proposição de estratégias que possam contribuir para a melhoria desse processo.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed; 2014. 848 p

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96**. Disponível em: Acesso em: 10 out. 2025.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

BRASIL. **Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

CAMPOS, Rodrigo Carneiro de. **Transtorno do espectro autista – TEA**. Sessões Clínicas. Belo Horizonte. Abril/2019. Disponível em: www.acoesunimedbh.com.br. Acesso: 10 out. 2025.

CUNHA, Eugenio. **Autismo na Escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2020. p. 134.

FINK, Isabel Cristina. **Autismo e educação: possibilidades e estratégias de inclusão**. Monografia de licenciatura – Pedagogia. Universidade Do Vale Do Taquari, Lajeado, SP; 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LISBOA, Sulamya da Silva Pinto, PINEL Hiran, As práticas pedagógicas e o sujeito com autismo: um estudo a partir do olhar fenomenológico. In: OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Autismo e Inclusão Escolar: percursos, desafios e possibilidades**. 1º ed. Curitiba, PR: Editora CRV, 2015.

MARCHESI, Álvaro, PÁLACIOS, Jesús e Colaboradores. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2004. p. 343.

MOUSINHO, Renata et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Rev. Psicopedagogia** 2010; 27(82): 92-108. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/revistapsicopedagogia.com.br/pdf/v27n82a10.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

MUNARI, Alberto. **Jean Piaget**. Impresso no Brasil, Editora Massangana, 2010.

PANIAGUA, Gema. As famílias de crianças com necessidades educativas especiais. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2004. p. 349.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho, SPENCER, Eric, **A criança autista: Um estudo psicopedagógico**. 2º ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

SANTANA, Andriele Moraes de. Et al. A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na escola regular. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 11, Vol. 24, pp. 159-173. Novembro de 2020.

ISSN: 2448-0959. Disponível em: www.nucleodoconhecimento.com.br. Acesso: 10 out. 2025.

SOBRAL, Maria do Socorro Cecílio; SILVA, Marília Marluce da; NUNES, Cícera Alves. A Inclusão Educacional de Alunos com Autismo: Desafios e Possibilidades. In.: **Rev. Mult. Psic.** V.13, N. 43, p. 151-163, 2019. Disponível em: <http://idonline.emnuvens.com.br/id>. Acesso: 10 out. 2025.